

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
ISABELLA CRISTHINA BORA

**FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: REVITALIZAÇÃO DO PARQUE
MUNICIPAL SALTO DO PORTÃO EM CASCAVEL – PR.**

CASCAVEL
2017.1

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
ISABELLA CRISTHINA BORA

**FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: REVITALIZAÇÃO DO PARQUE
MUNICIPAL SALTO DO PORTÃO EM CASCAVEL - PR.**

Trabalho de Conclusão do Curso de
Arquitetura e Urbanismo, da FAG,
apresentado na modalidade Projetual, como
requisito parcial para a aprovação na
disciplina: Trabalho de Curso: Qualificação.

Professora Orientadora: Arquiteta e Urbanista
Sandra M. Mattei Cardoso

CASCAVEL
2017.1

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
ISABELLA CRISTHINA BORA

**FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: REVITALIZAÇÃO DO PARQUE
MUNICIPAL SALTO DO PORTÃO EM CASCAVEL - PR.**

Trabalho apresentado no Curso de Arquitetura e Urbanismo, do Centro Universitário Assis Gurgacz, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, sob a orientação do Professor Especialista Sandra Magda Mattei Cardoso.

BANCA EXAMINADORA

Professora Orientadora
Sandra Magda Mattei Cardoso
Centro Universitário Assis Gurgacz
Arquiteta e Urbanista Especialista

Professora Avaliadora
Gabriela Bandeira Jorge
Centro Universitário Assis Gurgacz
Arquiteta e Urbanista Especialista

Cascavel/PR, 28 de Maio de 2017.1

RESUMO

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa denominada “Arquitetura e Urbanismo”, do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz. O mesmo tem como objetivo pesquisar teorias para o desenvolvimento da proposta de Revitalização do Parque Municipal Salto do Portão na cidade de Cascavel, no estado do Paraná. É perceptível a necessidade de ambientes adequados para o lazer da população acompanhado da intervenção paisagística, promovendo um avanço nas áreas verdes da cidade. Para dar um suporte teórico ao trabalho, foram desenvolvidas pesquisas em bibliografias, artigos científicos, dissertações e teses. Dessa forma foi possível analisar e estudar correlatos de parques, para alcançar as informações indispensáveis para dar início a uma metodologia de trabalho. O problema inicial da pesquisa, originou-se da seguinte indagação: Como a revitalização do Parque Municipal Salto do Portão na cidade de Cascavel-PR, influenciará na qualidade de vida da população em geral? Sendo assim, contestando ao problema da pesquisa, com fundamento no referencial teórico verifica-se que a hipótese inicial e os objetivos da pesquisa foram obtidos.

Palavras chave: Revitalização. Parques Urbanos. Paisagismo. Lazer. Áreas Verdes.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Setorização Parque Mangal das Garças	34
Figura 02: Vista aérea do Parque Mangal das Garças	35
Figura 03: Viveiro das Aningas.....	36
Figura 04: Armazém do tempo	36
Figura 05: Setorização Bosque Zaninelli.....	37
Figura 06: Unilivre e Bosque Zaninelli	38
Figura 07: Auditório ao ar livre	38
Figura 08: Casa Folha.....	39
Figura 09: Planta baixa primeiro pavimento	40
Figura 10: Planta baixa segundo pavimento.....	40
Figura 11: Lounge Casa Folha	41
Figura 12: Cobertura Casa Folha.....	41
Figura 13: Hall de entrada Casa Folha	42
Figura 14: Setorização Parque Marapendi.....	43
Figura 15: Nova proposta para o Parque Marapendi.....	44
Figura 16: Parque Marapendi	46
Figura 17: Residência Odette Monteiro	46
Figura 18: Lago da Residência Odette Monteiro	49
Figura 19: Maciços de flores Residência Odette Monteiro	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS
CONAMA	CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE
EMBRAPA	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
UNILIVRE	UNIVERSIDADE LIVRE DO MEIO AMBIENTE

LISTA DE SIGLAS

BR – 277	RODOVIA FEDERAL
KM²	QUILOMÊTRO QUADRADO
M²	METRO QUADRADO
PR	PARANÁ

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 JUSTIFICATIVA	9
1.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA.....	9
1.3 FORMULAÇÃO DA HIPÓTESE	9
1.4 OBJETIVO GERAL.....	10
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
1.5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
1.6 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS.....	11
2. APROXIMAÇÕES TEÓRICAS NOS FUNDAMENTOS ARQUITETONICOS	12
2.1 NA HISTÓRIA E TEORIAS	12
2.2 NAS METODOLOGIAS DE PROJETOS.....	13
2.3 NO URBANISMO E PLANEJAMENTO URBANO	17
2.4 NA TECNOLOGIA DA CONSTRUÇÃO.....	20
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E SUPORTE TEÓRICO:	24
3.1 CONCEITUANDO PAISAGENS	24
3.1.1 Funções Sociais Das Paisagens	25
3.2 PAISAGISMO E A PERCEPÇÃO SENSORIAL	26
3.3 ÁREAS VERDES	28
3.3.1 Parques Urbanos.....	28
3.3.2 Praças.....	29
3.4 ÁREAS DEGRADADAS	31
3.5 ESPAÇO PAISAGISTICO E MOBILIARIOS URBANOS.....	32
4. CORRELATOS	34
4.1 PARQUE MANGAL DAS GARÇAS (BELÉM – PA).....	34
4.1.1 Aspecto funcional.....	34
4.1.2 Aspecto Ambiental	35
4.1.3 Aspecto construtivo	36
4.2 UNILIVRE – BOSQUE ZANINELLI (CURITIBA – PR).....	36
4.2.1 Aspecto funcional.....	37
4.2.2 Aspecto Construtivo	38
4.2.3 Aspecto Ambiental	38

4.3 CASA FOLHA	39
4.3.1 Aspectos funcionais.....	39
4.3.2 Aspecto formal	40
4.3.3Aspectos Construtivos	41
4.4 PARQUE MUNICIPAL ECOLÓGICO MARAPENDI	42
4.4.1 Aspecto Ambiental	42
4.5 RESIDÊNCIA ODETTE MONTEIRO.....	46
4.5.1 Aspectos Ambientais	47
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS	50

1 INTRODUÇÃO

O assunto escolhido, leva-se em consideração a importância da revitalização urbana, portanto serão abordadas metodologias para que estes espaços possam voltar a desempenhar seu papel com eficiência para a população. Sendo assim, a linha de pesquisa está inserido na área de arquitetura e urbanismo, dentro do grupo de pesquisa Intervenções na paisagem urbana – INPAI, tem seu enfoque voltado para um dos pontos turísticos naturais no município de Cascavel-PR.

1.1 JUSTIFICATIVA

Ao elaborar um projeto revitalização urbana, onde quer que seja implantado, existe ali um aumento nos benefícios e na valorização do seu entorno, através da renovação de áreas, possibilidade de crescimento e aumento de atividade turística. Dessa forma, oferecendo uma nova dinâmica baseada na diversidade, permitindo a inserção de atividades de amplo interesse da sociedade e ressaltar a identidade local.

No momento presente, o local encontra-se em situações precárias, sem incentivo para uso, estado de abandono, que traz com ele o aumento da criminalidade, desperdício de infraestrutura, desvalorização da região e o lazer é deixado de lado.

1.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Como a revitalização do Parque Municipal Salto do Portão na cidade de Cascavel-PR, influenciará na qualidade de vida da população em geral?

1.3 FORMULAÇÃO DA HIPÓTESE

A resposta inicial para o problema, leva em conta a ampliação e revitalização do espaço. Dessa forma, os visitantes aproveitarão os momentos de lazer em um ambiente aconchegante.

1.4 OBJETIVO GERAL

Apresentar uma proposta de projeto arquitetônico e paisagístico, que proporcione qualidade de vida, lazer e segurança para a população.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Levantar conteúdo teórico sobre o assunto;
- Analisar correlatos pertinentes ao tema;
- Fundamentar a importância da revitalização urbana;
- Levantamento fotográfico da situação atual do local;
- Desenvolver programa de necessidades adequado e aplicar métodos paisagísticos;
- Proposta projetual para o parque.

1.5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conforme definido por Fernando Chacel, o planejamento da paisagem é um processo continuamente complexo, não sendo apenas um gesto de design. É um processo onde profissionais de diversas áreas o compõem (2001, p.22).

A ECOGÊNESE, então deve ser entendida como uma ação antrópica e parte integrante de uma paisagem cultural que utiliza, para recuperação dos seus componentes bióticos, associações e indivíduos próprios que compunham os ecossistemas originais (CHACEL, 2001, p. 22).

Tim Waterman aponta que tudo que está inserido na paisagem, pertence a um conjunto, que está inter-relacionado com o tecido que compõe a nossa existência (2010, p. 52)

Para entender a paisagem e sua influência, é necessário aprender a olhar para todos os aspectos do contexto, para pensar e agir holisticamente. É comum se referir ao ambiente externo ou urbano como um tecido ou uma malha, e essa metáfora nasceu da ideia de que se algum elemento na paisagem é alterado, todo o resto também é afetado – da mesma forma que puxar um único fio pode desfazer um cachecol. No entanto, às vezes, um pequeno puxão em um único fio é tudo o que é preciso para reforçar e terminar uma malha (WATERMAN, 2010, p.52).

Segundo Abbud (2006, p.33), o ritmo de vida das pessoas passou a ser mais acelerado e a falta de segurança nas ruas, causou o isolamento das pessoas em relação à natureza. Dessa forma o paisagismo se aproxima das pessoas criando um vínculo, onde as

crianças e adolescentes, percorrem esses espaços brincando e redescobrimo as plantas e os adultos e idosos, conseguem relaxar e recarregar suas baterias para encarar o dia a dia das grandes cidades.

1.6 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar os objetivos desse trabalho, as pesquisas serão desenvolvidas através de referências bibliográficas, artigos, teses e sites.

Assim, toda pesquisa tem uma intencionalidade, que é a de elaborar conhecimentos que possibilitem compreender e transformar a realidade; como atividade, está inserida em determinado contexto histórico-sociológico, estando portanto, ligada a todo um conjunto de valores ideologia, concepções de homem e de mundo que constituem este contexto e que fazem parte também daquele que exerce esta atividade, ou seja, o pesquisador (PÁDUA, 2000).

2. APROXIMAÇÕES TEÓRICAS NOS FUNDAMENTOS ARQUITETONICOS

O estudo realizado, busca resgatar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso de Arquitetura e Urbanismo. Desenvolvido através do fichamento com o objetivo de estabelecer uma relação com o assunto dessa pesquisa.

2.1 NA HISTÓRIA E TEORIAS

A arquitetura segundo muitos autores existe desde que o homem aprendeu a se organizar e a organizar estruturas de forma coerente e artística, para Benevolo por exemplo, a arquitetura pode ser considerada existente desde que os homens paleolíticos construíram ambientes nos quais não existia uma modificação grande no ambiente, na superfície ou na construção em si, e além desse desconhecimento e ignorância dos homens do período paleolítico em reconhecer a arquitetura como arte, e a escassez de ferramentas próprias para construção faziam com que os abrigos e refúgios que eram construídos fossem muito precários sendo feitos de pele e madeira, basicamente aproveitando um espaço natural causado por transformações geológicas da época, como hoje em dia é considerado que tais transformações tenham se estabilizado. Com o passar do tempo foi criada uma abordagem científica com relação aos problemas à construção em determinados ambientes, primeiramente para equilibrar interesses imobiliários mas indiretamente isso culminou no nascimento e crescimento da abordagem artística na arquitetura (BENEVOLO, 2009).

De acordo com Colin a arquitetura é sempre considerada uma arte, e, mais do que isso, uma das belas-artes pois apenas levando esse conceito em consideração dentro desse âmbito artístico outros critérios são incluídos, tais como a visualização da arquitetura como uma meta através da arte, um produto cultural, uma profissão, uma formação acadêmica, entre outros conceitos vinculados à arquitetura em si, sendo que cada conceituação da arquitetura tem dentro de si demais divisões que são interessantes quando se aborda a questão dos sistemas da arquitetura, no caso da arquitetura contemporânea enquanto arte e técnica construtiva existem exatamente três grandes sistemas (mais precisamente três objetivos principais) que devem ser alcançados, são eles a solidez a utilidade e a beleza (COLIN, 2000).

Seguindo esses parâmetros da arquitetura moderna no âmbito artístico, Hertzberger sugere que quando existe um espaço público onde é necessário um planejamento e uma reforma é necessário, para que seja apreciado pelo público alvo, despertar no público a

responsabilidade de cultivar a beleza do local para que cada indivíduo que usufruir do parque e das instalações possa se relacionar e se identificar com o ambiente de maneira pessoal e única o que vai garantir o prestígio das pessoas pelo local e a conservação da beleza e das instalações, Hertzberger ainda diz que a contribuição do arquiteto deve ser focada também na criação de um ambiente que tenha um número amplo de oportunidades a serem exploradas pelo público alvo para que o espaço seja considerado familiar, se utilizando de técnica no espaçamento de cada componente buscando a valorização do espaço em si (HERTZBERGER, 1999).

Mesmo que a arquitetura seja interpretada como uma arte ela não deixa de ser uma técnica utilizada para a construção ou melhoria de espaços existentes e por isso é sujeita a sofrer algumas influências de sazonalidade e variação geológica, no Brasil por exemplo isso acontece especialmente por causa do clima, e este tipo de influência acaba fazendo com que existam fatores de importância econômica a serem considerados, como por exemplo, o dispêndio dos recursos de construção e recursos naturais que possam ser ou não utilizados dependendo do clima local e das condições de tal ambiente por isso existe uma relação muito clara e evidente entre a arquitetura enquanto técnica construtiva e os recursos disponíveis para realizar tal tarefa como foi apontado por Bruand (BRUAND, 2003).

Por causa da aglomeração de civilizações se tornava cada vez mais necessária a existência de algo que regulamentasse ou que simplesmente tornasse possível o planejamento urbano de disposição local assim como aponta Harouel o termo que representa esse tipo de atividade (urbanismo) é recente se comparado com a história da necessidade da existência de tal ciência. Segundo sua etimologia a palavra urbanismo deriva da palavra *urbs* (do latim “cidade”) e por causa disso com o passar do tempo a palavra urbanismo, na verdade o termo em si começou a abranger todos os temas que eram relacionados com a cidade e com o seu planejamento, como por exemplo os planos urbanos, práticas sociais, o pensamento urbano, a legislação e o direito relativo a cidade. Apesar de hoje isso ser claro antigamente dependendo da civilização o conceito de cidade era diferente do conceito contemporâneo, por exemplo para a sociedade grega a polis (cidade alta, cidade principal) é separada do restante (vila) por conter a parte da sociedade que regulamentava as ideias da época (HAROUEL, 1990).

2.2 NAS METODOLOGIAS DE PROJETOS

Segundo o autor Wong, o desenho é considerado pela maior parte da comunidade arquitetônica como uma mera ferramenta utilizada para embelezamento externo de

edificações, de fato esse aspecto é existente no desenho mas ele não pode ser limitado em sua essência somente à questão de embelezamento. Os traços que compõem um desenho podem ser também interpretados como uma linguagem visual, a qual é responsável por construir a base de criação do desenho. Se for ignorado o fato que o desenho é extremamente funcional, podem ser identificados conceitos e regras que têm relação direta e proporcional à organização visual que devem sempre ter a atenção de um bom desenhista. Existem inclusive profissionais que trabalham muito bem não reconhecendo a existência de tais princípios, regras e conceitos, pois esta questão também está relacionada com a sensibilidade de compreensão com relação às relações visuais entre todos os elementos de um desenho, porém é importante salientar que se por acaso existisse o conhecimento e aplicação desses conceitos existiria também como consequência uma ampliação na capacidade e organização individual do desenhista (WONG, 2010).

Podemos utilizar essa noção estética para relacionar outro tema que preza também pelas relações visuais dos elementos, porém que foca na realização de necessidades funcionais e estéticas que satisfaçam os indivíduos que residem naquele local, neste caso mais especificamente naquela paisagem. O autor Filho aponta que o paisagismo é uma ciência relativamente nova se comparada com a história do conhecimento humano, mas mesmo assim tem traços de existência, desde a existência do próprio ser humano. Tem-se como consenso que o homem evoluiu a sua estratégia de sobrevivência e por causa disso adotava a estratégia de manter-se nômade em busca de acampamentos naturais que o acolhessem e que lhe fornecessem recursos naturais ou possibilidades para construção de um lar, acredita-se que neste momento o homem criou uma relação de exploração com o paisagismo. Contextualizando esta definição de maneira mais contemporânea, o autor ainda afirma que o paisagista tem a sua disposição elementos vegetais, e/ou de construção que podem ou não serem analisados de um ponto de vista mais sentimental para a elaboração de um projeto que tenha em si um processo de comunicação com o público alvo desse ambiente que está sendo construído. A questão do sentimento inclusive por ser subjetiva e interpretativa de acordo com o conhecimento empírico e opinião própria do paisagista, não pode ser normatizada mas mesmo assim existem elementos de comunicação visual e princípios estéticos, tais como a forma, a linha a textura e a cor, que são encontrados em uma variedade de expressões (enquanto obras, não enquanto expressões linguísticas) artísticas que podem ser utilizados como ferramenta para o paisagista relacionar o seu sentimento à obra (FILHO, 2001).

Mesmo que o profissional de arquitetura, seja ele pertencente a qualquer tipo de

especialização, consiga alinhar os aspectos objetivos e subjetivos para criar uma paisagem, um lugar, ou uma obra, toda e qualquer construção está sujeita a ação de elementos naturais como por exemplo a variação climática de determinada localidade, e isso ocasiona a perda de eficiência dessa construção para a atividade humana, eis que neste âmbito o autor Brandi deixa claro que é necessária a existência de uma intervenção para que ocorra uma restauração neste local, que tenha como objetivo viabilizar novamente a eficiência de tal localidade. Essa concepção se relaciona com a forma primária de restauro que deve ser em sua essência um preconceito deste local que tenha em si uma ideia enucleada, ou seja inerente à existência desse restauro, que tenha como foco a intervenção em um local que tenha sido concebido por um produto de intervenção do ser humano, ou seja, qualquer outro tipo de intervenção, seja ela física ou biológica não deve ser foco de restauração. Portanto afirma-se que o foco do restauro encontra-se primeiramente no conceito original do local, e depois disso existe uma progressão natural na linha de restauro que visa a reativação do lugar, baseando a intervenção que é conceituada como restauro sempre nos aspectos que foram alterados por atividade humana (BRANDI, 2004).

O restauro tem relação direta também com outro fator diretamente relacionado com o ambiente, ou lugar, que está sujeito a essa prática, que é a conservação. Conforme apontado pelo autor Braga, a relação entre conservação e restauro é definida como uma intervenção direta ou indireta realizada em um monumento ou objeto que tenha como objetivo gerar uma segurança para sua integridade e que garanta a conservação de seu significado histórico, estético, cultural e artístico com relação aos outros elementos que o cercam. Quando este conceito é aplicado à prática de intervenção em âmbitos maiores como por exemplo em espaços públicos, o desafio se torna ainda maior pelo fato de quanto maior o objeto de estudo do restauro, mais fatores estão sujeitos à alteração. Existem por exemplo, fatores de várias ordens que devem ser interpretados individualmente e posteriormente devem ser relacionados com fatores decorrentes de situações existentes e pertinentes ao espaço público, como se os aspectos que pertencem a essas ordens fossem melhor explorados de maneira que fossem detalhados em um contexto onde o cenário é um espaço público. Devem ser também de conhecimento e preocupação do profissional os aspectos de condição ambiental no qual o objeto de estudo está inserido, pois eles têm um papel fundamental na determinação da vida útil desta edificação, ou localidade. A umidade, a poluição, a temperatura, a exposição a luz solar, a exposição direta à água e aos microorganismos e organismos complexos que resultam de todos estes fatores existentes simultaneamente, ou não, mesmo que tenham uma ação direta

ou indireta sobre os elementos de um objeto ou edificação, determinam a recuperabilidade de um local ou objeto de acordo com o dano causado e com as patologias instauradas (BRAGA, 2004).

Porém quando este objeto de restauro é uma paisagem existe também a adequação de determinados elementos de acordo com demandas sociais existentes fazendo com que seja apresentado desta forma um certo dinamismo com relação à transformação, como é descrito pelo autor Macedo. Nesse caso a conservação de espaços, formas, edifícios e de outros aspectos formadores desta paisagem são deixados de lado e é dada prioridade à substituição e reforma da paisagem como um todo com a intenção de torná-la moderna e atualizada em um âmbito funcional. A questão da existência de uma preocupação com a mobilidade e não com a conservação caracteriza as paisagens urbanas brasileiras, que em todo o século XX busca transformações e adota o novo (logicamente com relação aos padrões do contexto histórico no qual a alteração na paisagem está inserida) como padronização para toda e qualquer alteração na paisagem. Dentro dessa lógica o conceito de espaço livre se torna mais simples e representa somente as áreas verdes e jardins urbanos presentes nessa paisagem urbana que está sendo atualizada, que não aprisiona o homem em uma edificação. (MACEDO, 2012)

O mesmo autor discorre ainda sobre um assunto relacionado à existência dessas áreas de espaço livre, e as conceitua de maneira que é abordada a sua importância enquanto fator constituinte de qualidade ambiental. Macedo diz em outra de suas obras que os jardins urbanos são justamente esses fatores que garantem a melhoria da qualidade ambiental pois proporcionam uma melhora em vários fatores naturais para aquela localidade bem como servem como referência cênica para os frequentadores deste local. Porém mesmo com toda essa contribuição natural e social, esses espaços não podem ser meramente conceituados como praças pelo fato de não carregarem consigo espaço para recreação e atividades sociais ou de lazer, na maioria dos casos por não serem de fácil acesso ou pela sua localização estar diretamente relacionada às vias principais de transporte natural ou construído em sua proximidade. A praça propriamente dita faz parte de uma gama de elementos que constituem uma organização urbana, dentro desses elementos ela faz parte dos fatores de disposição espacial que constituem uma cidade, e está relacionada diretamente a questões formais, sociais, estéticas e de assentamento. É impossível citar a existência de uma praça sem entender e verificar que por trás de sua concepção existe um contexto urbano, uma necessidade primordial de ela ter sido construída naquele determinado local em uma cidade (MACEDO, 2003).

Os autores Robba e Macedo facilitam a conceituação de praça analisando-a sob uma perspectiva simplista, e desta forma chegam à conclusão que é de consenso geral entre os autores que primordialmente praça é um espaço público e urbano voltada para o lazer, independente de suas outras definições e de seus fatores relacionados ao contexto urbano na qual está inserida. A evolução das cidades que resultou da mudança constante dos homens, o papel da praça foi se alterando de acordo com sua necessidade, porém a sua relação social com as cidades que foi o fator que sempre definiu sua existência é, até os tempos atuais, sua maior qualidade. Atualmente é costumeiro encontrar estudos que analisam a representatividade e força cívica que são expressadas pelas ágoras gregas, pelos fóruns romanos, praças medievais europeias como espaços que servem basicamente para manifestação de ideais populares e não oficialmente trazem consigo uma certa versatilidade. As praças italianas, francesas, espanholas e inglesas são corriqueiramente estudadas sob um enfoque de concepção do espaço público urbano e são usadas como exemplo e como padrão máximo de qualidade no âmbito da construção de praças públicas (ROBBA; MACEDO, 2010).

Macedo e Sakata apontam porém, que as praças não são as únicas localidades que especificamente podem gerar lazer para os seres humanos, os parques também são utilizados para tal finalidade, sendo que diferentemente das praças os parques tem um conceito muito mais básico e é mais fácil determinar um parque do que uma praça. Os autores afirmam que existem outras definições para os parques que variam justamente de acordo com a disposição geográfica, topográfica e vegetativa que dependem da interpretação do profissional que enquadra esse tipo de espaço e disponibiliza ele para utilização do público como uma área de lazer independente da metragem perimetral desta área. É considerado parque todo aquele espaço de uso geral que é destinado à recreação de um grupo de pessoas (geralmente a maioria da população próxima ou exatamente naquela localidade) que é capaz de se auto sustentar sem intervenção de construções e que tem em si uma conservação natural em potencial (MACEDO; SAKATA, 2003).

2.3 NO URBANISMO E PLANEJAMENTO URBANO

A falta de um planejamento urbano formal que analisasse o fluxo de migração das pessoas dentro de um determinado território fez com que ao longo do tempo áreas que inicialmente eram centrais se tornassem marginais, e por consequência disso, acontecesse

nessas áreas uma deterioração física, econômica e social, os grupos que antes habitavam à margem desta região agora se instalariam nessa área de “centro antigo” e estabeleceriam ali suas casas seus comércios e suas atividades culturais, formando assim uma aglomeração maior de pessoas e consequentemente a exploração de espaços não planejados para tal fim fazendo com que desta forma se formassem cortiços e guetos, conforme aponta Del Rio. Isso acabou despertando o interesse na leitura e diagnóstico das mensagens arquitetônicas que tais conglomerados passavam, o que acabou fomentando o desenvolvimento no estudo da semiótica aplicada à Arquitetura e ao Urbanismo, como um formato de leitura de símbolos, mais especificamente ao Urbanismo essa questão foi melhor aplicada entre os anos 60 e 70 nos países considerados de primeiro mundo na época, onde esse tipo de processo institucionalizado estava diretamente relacionado ao capitalismo avançado (ao surgimento do neocapitalismo como formato econômico voltado à otimização de recursos), tornando possível visualizar determinadas razões por trás da implantação e doravante dificuldades ocasionadas pelo processo de prática do planejamento urbano que basicamente eram problemas ambientais e socioeconômicos (DEL RIO, 2008).

Porém, o autor Mascaró aponta uma resolução simples para os problemas ambientais que surgiram com o desenvolvimento e planejamento urbano, afirmando que independente de seu contexto histórico assentamentos e vilas feitas por seres humanos que são sinérgicas ao local onde são estabelecidas e foram espontaneamente implantadas neste mesmo ambiente, contém em si também uma resolução para os problemas econômicos no âmbito da alocação de recursos, pois se o processo de implantação de uma vila ou vilarejo em determinado local é praticamente natural sem a alteração de aspectos naturais que configuram a disposição geográfica e topográfica, esse tipo de instalação acaba se tornando mais estável e econômica no âmbito da manutenção deste local. Partindo desse princípio é correto afirmar que o desenho urbano em si não deve se preocupar somente com o espaçamento quando é feita uma planta, um bom desenho é aquele que abrange três dimensões de maneira que ambas permaneçam sinérgicas uma a outra, levando sempre em consideração as possíveis adaptações que poderão ser feitas dependendo da necessidade, ou da declividade de determinado local, pois assim como apontado pelo autor, a ventilação do local no que tange à velocidade dos ventos é diretamente proporcional à declividade de determinada região, portanto deve-se sempre levar em consideração a existência de ventos anabáticos e catabáticos, dependendo do local onde é feito tal planejamento não podendo ser deixado de lado o fato da radiação solar recebida pelas partes mais altas de um relevo, o que é diretamente relacionado à origem dos

ventos catabáticos e anabáticos na região (MASCARÓ, 20005).

Existe porém outro fator que deve ser de preocupação do urbanista em qualquer tipo de planejamento urbano, conforme discutido pelos autores Mascaró e Yoshinaga, a constituição de um espaço urbano não se limita somente na combinação de áreas edificadas ou livres, sejam estas fragmentadas ou desarticuladas, existem também um fator que deve ser levado em consideração que a interligação dessas áreas existe através e exclusivamente (em determinados casos) por causa da existência de redes de infraestrutura que possibilitam o uso dessas áreas, a infraestrutura no caso pode ser conceituada como um simples elemento de associação entre a função, a forma e a estrutura dessas áreas. Esse sistema de redes de infraestrutura comporta subsistemas e sistemas parciais que são divididos por suas funções, sendo esta apenas uma das classificações que as organizam e as dispõem no espaço urbano de acordo com sua função determinada (MASCARÓ; YOSHINAGA, 2005).

Para que tenhamos como objeto de análise um cenário mais contextualizado e com variáveis que são mais próximas ao nosso conhecimento, podemos analisar a questão da infraestrutura no Brasil conforme foi descrita pelo autor Maricato no Brasil existe um caminho para a modernização que está sendo constituído mas mesmo assim a superação no Brasil contraria a visão que muitos tinham de um Brasil desenvolvido que não estaria vinculado à prática de exportação na agricultura como sendo a prática dominante na economia do país. De toda forma o país cresceu economicamente de forma que foi constituído um movimento de construção de cidades que era necessário para o assentamento da população, porém foi negligenciado o fato de que as necessidades do trabalho não eram as únicas que tinham que ser supridas, fazendo com que o transporte, a saúde, a energia, a água entre outros fatores fossem deixado de lado nesta parte de construção do movimento de assentamento, mesmo assim de certo modo todos os habitantes estavam estabelecidos no fim deste período, porém a urbanização, a proposta urbanística em si só foi consolidada em governos democráticos que surgiram no fim do período de ditadura no Brasil (aproximadamente entre 1984 e 1988), e por consequência disso somente a partir desse período a infraestrutura foi considerada como um objeto principal e primordial de estudo e implementação para grandes cidades (MARICATO, 2001).

Em detrimento a esta situação, não só no Brasil como no restante do mundo também a figura do arquiteto foi sendo moldada e padronizada, a partir de determinado momento qualquer arquiteto em qualquer região do mundo, não via mais a cidade como um problema projetual mas sim como um problema de âmbito pessoal assim como foi abordado

por Lamas isso fazia com que o desenho, a sensibilidade ao contexto, a criatividade, a imaginação, entre outros fatores, das cidades planejadas fossem qualidades de um método de trabalho que priorizasse a concepção da cidade em si e a comunicação das áreas dessa cidade se utilizando de outros recursos tais como a própria infraestrutura. Mas antes da cidade deveria ser planejado todo e qualquer detalhe de menor evidência, que caracterizariam a partir dali a imagem da cidade e a individualidade daquele cenário quanto aos elementos de composição e do desenho urbano identificando assim as funções de cada elemento que organizavam, definiam e continham os espaços de maneira organizada (LAMAS, 2000).

Romero salienta porém que independente de qualquer fator agregado que organize a infraestrutura a arquitetura e o desenho urbano em sua prática se instituem na maior parte das vezes sem levar em consideração os impactos ambientais, e isso infelizmente tem uma repercussão de grande alcance com relação ao desequilíbrio ambiental e a qualidade de vida da população urbana. As intervenções no meio natural que acabam estabelecendo uma variação nos fatores bioclimáticos como por exemplo umidade, temperatura, precipitações entre outros fatores, tem que ser consideradas e controladas para que a necessidade das pessoas seja atingida com um mínimo conforto sem gerar desequilíbrio ambiental ou de recursos disponíveis. O estudo dessas variações e suas consequências dentro da arquitetura bioclimática é recente e não muito desenvolvido, mas tem antecedentes não formatados como objeto de estudo que exemplificam maneiras adequadas que o homem criou a partir de determinada necessidade que suprem tanto as exigências do homem quanto às exigências do ambiente alterado, sendo assim a paisagem nesse determinado espaço que está sendo alterado no que tange à sua organização deve ser compreendida como o resultado de atividades sensoriais relacionadas à compreensão de disponibilidade espacial, e isso vem sendo representado ao longo dos anos como uma troca entre o homem e o ambiente natural. Desta forma regulamenta-se a paisagem como linguagem e instrumento de expressão cultural, a paisagem neste contexto é interpretada como uma variável suscetível a mudanças, tanto próprias quanto causadas pelo homem, o sentido de lugar, quando criado e incluído em uma paisagem precisa de tempo para se estabelecer e isso acaba criando um enlace entre espaço e tempo onde ambos se confundem e se complementam (ROMERO, 2001).

2.4 NA TECNOLOGIA DA CONSTRUÇÃO

Cimino diz que a engenharia civil tem crescido exponencialmente e de forma

periódica ultimamente e por causa disso acabou desenvolvendo sistemas de construção avançados que se mostraram extremamente eficientes, produtivos e econômicos. Por causa dessa evolução a análise de variáveis que interferem na execução de projetos e nas construções em geral melhorou muito possibilitando ter um maior controle sobre as operações de orientação e sobre a qualidade na execução de projetos. Desta forma racionalidade nos processos construtivos é instaurada, possibilitando assim uma melhora da eficiência conjuntiva, reduzindo o custo de obras, sendo este associado diretamente à mão de obra de maior custo e consequentemente maior produtividade (apesar do fato de nem sempre essas duas variáveis serem diretamente proporcionais, geralmente quando existe a eficiência conjuntiva essa relação se torna verdadeira na maioria dos casos). Por causa disso a engenharia como um todo sofre uma alteração com o tempo pois o foco passa a ser mais nas técnicas de construção e na padronização de materiais de origem industrial do que na obtenção de recursos que resultem em determinados materiais de construção, ou seja é feita uma economia de processos e de recursos através da obtenção de recursos pré fabricados como por exemplo os pré-moldados (CIMINO, 1987).

Antes desse tipo de pensamento de racionalidade é necessário conhecer o motivo de nem todos os materiais serem substituídos, pois a visão geral de uma construção não pode se basear apenas na obtenção de lucro, mais precisamente, no racionamento de recursos com base no custo da obra. Portanto o autor Mehta, nessa temática diz que o concreto por exemplo apesar de não ter a mesma resistência nem as mesmas propriedades físicas do que o aço por exemplo, é muito mais utilizado em obras e construções, ele explica que a causa disso é a resistência que o concreto tem quando exposto à água, o autor ainda compara a madeira ao concreto apontando que a madeira é suscetível a mudanças em sua estrutura física, de acordo com o grau de exposição a fatores externos e climáticos. Uma das primeiras aplicações do concreto, inclusive realizada pelos romanos, foi na construção de aquedutos justamente pelo fato de este material ter determinada resistência à ação da água. Essa contribuição foi extremamente positiva para a engenharia pois após isso percebeu-se que o concreto poderia ser reforçado com armaduras a ponto de ser melhor utilizado na função de fundação de qualquer estrutura ou construção. Para entendermos melhor essa modificação na função do concreto é necessário conceituar o concreto armado: é o material que contém uma projeção de aço ao longo de um preenchimento feito de concreto, fazendo com que a distribuição de tensões resultantes da tração de uma força que incide na mesma direção vetorial do concreto (enquanto viga por exemplo) seja distribuída entre os dois elementos a ponto de ser dissipada.

Existe porém um outro tipo de concreto que é o protendido que é voltado mais para estruturas que trabalham com flexão de material, em suma o concreto encontra várias aplicações mas é completado como fundação quando associado a um material de maior rigidez porém menor resistência (METHA; MONTEIRO, 1994).

Com este conhecimento com relação à como proceder em uma construção no âmbito da utilização e otimização de recursos, e também com um determinado conhecimento na parte de engenharia de materiais com relação às suas aplicações e melhores qualidades de acordo com cada tipo de construção, é necessário que o arquiteto, projetista, urbanista, paisagista, saiba se relacionar com os demais profissionais partindo do princípio que todos ali são peritos no que fazem mas não tem extensão de conhecimento específico em outras áreas, ou seja o encarregado pelo projeto e pelo desenho de uma construção deve deixar o conteúdo deste muito claro na hora que esse desenho for criado, para que não haja problemas de comunicação entre as partes conforme aponta Ripper. Porém a responsabilidade de um bom serviço de execução de uma obra não recai somente sobre o projetista, todas as outras partes envolvidas devem ser peritas no que fazem a ponto de conhecerem a qualidade aceitável de todo tipo de construção ou material a ser utilizado, por exemplo, se na obra precisa de uma estrutura de concreto armado, todas as funções que são necessárias para que essa determinada estrutura seja concebida devem saber exatamente o que fazer para que não haja erro de estrutura, pois a falha de qualquer pessoa envolvida no processo por qualquer motivo que esteja por trás da existência dessa falha pode causar graves prejuízos financeiros, consertos de longo prazo de execução ou até mesmo falhas de estrutura global da construção colocando em risco não só as pessoas responsáveis pela construção da obra como futuramente as pessoas que vão usufruir deste projeto (RIPPER, 1996).

Para evitar que tais falhas aconteçam por causa de fadiga excessiva, estresse, ou outra patologia ocasionada pelo esforço repetitivo ou qualquer psicopatologia relacionada ao excesso de responsabilidade que os envolvidos tem em entregar um trabalho bem feito, o autor Kroemer aborda uma temática interessante com relação às reações biológicas que ocorrem nos seres humanos quando são expostos a esse tipo de situação. Um bom método de combater a fadiga no trabalho por exemplo é a ergonomia que inclusive traz consigo recomendações de espaçamento e disposição, de ferramentas e outros objetos que compõem determinado espaço físico, que visam basicamente equilibrar as exigências de excelência do trabalho e as exigências de conforto do trabalhador. Por causa dessa subjetividade, de depender da interpretação de conforto e de cada local e seus componentes essa técnica acaba se tornando

muito variável, e a partir disso fica difícil normatizar algo que se pode padronizar. Em detrimento dessa situação comitês responsáveis pela representação de fabricantes, sindicatos, entre outros ramos de atividade, são os órgãos que tem a tarefa de mesmo assim normatizar se embasando na aproximação de qualquer cenário existente com as leis vigentes (KROEMER, 2005).

Apesar de ser irrefutável a importância existente na qualidade de serviço presente em uma construção, Kwok ressalta que este não é o único fator a ser levado em consideração para avaliar a qualidade do ambiente como um todo depois da finalização da execução de uma obra. Como consequência de um crescimento na necessidade de adotar políticas sustentáveis as construções foram se tornando cada vez mais ecológicas, porém esses termos são erroneamente associados à engenharia e arquitetura pois um ambiente sustentável tem inúmeros fatores a serem considerados a mais do que ambientes ecológicos, e o termo é utilizado apenas para expressar que determinado ambiente será construído para ser duradouro, ecológico, econômico e socialmente sinérgico no que tange a estabelecimento de relações e manutenção de um bem estar social, ou seja, edificações ou construções que são chamadas sustentáveis na verdade são ecológicas e contribuem para que a sustentabilidade local se mantenha intacta (KWOK, 2013).

Esse tipo de construção ecológica, mesmo que não seja essa a ideia inicial, tem efeito também sobre o microclima que é formado depois que a construção é finalizada, pois acaba interferindo na luminosidade local e às vezes por causa da textura ou natureza dos materiais utilizados a reflexão da luz solar se torna ineficaz ou inexistente conforme é apresentado por Hertz. Mesmo assim a vegetação que está ao entorno, ou simplesmente relacionada à construção em questão acaba se adaptando às áreas nas quais a reflexão solar, ou a intensidade de calor, é ótima para a reprodução e expansão dessa vegetação, cabe ao profissional entender essa progressão de forma que seja planejado o crescimento dessa vegetação para que seja uma relação simbiótica, onde as plantas crescem usando a superfície ou os entornos do edifício e a construção tenha sua temperatura interna diminuída por causa da cobertura de vegetação (HERTZ, 2003).

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA:

Posteriormente ao levantamento geral das aproximações teóricas, este capítulo tem como objetivo a busca de referências e pesquisas, para um melhor embasamento teórico e a contextualização do presente tema.

Dessa forma, a estruturação deste capítulo segue os seguintes passos: Conceituando paisagens, funções sociais da paisagem, áreas verdes, parques urbano, praças, áreas degradadas, paisagismo e a percepção sensorial, espaço paisagístico e os mobiliários urbanos, acessibilidade, pavimentação, ciclovias e iluminação.

3.1 CONCEITUANDO PAISAGENS

Segundo Mascaró (2008), pode-se definir paisagem como um local aberto que é compreendido a partir do primeiro aspecto visual, cujo o entendimento surge dentro de uma realidade ecológica em um espaço natural onde materializa-se fisicamente e contém em si espaço suficiente para inserção de elementos e construções feitos pelo ser humano, determinando assim este tipo de paisagem como “paisagem cultural”. Waterman (2010), complementa que a arquitetura paisagística encontra-se integralmente no espaço externo, onde os paisagistas consistem em modificar a composição das cidades.

A primeira atitude filosófica associada ao paisagismo foi no período neolítico, onde o homem alterava a topografia local para adaptar a vivência humana individual e coletiva, conciliando com suas necessidades. Sendo assim, pode-se dizer que há duas paisagens: a natural existente e a humanizada construída. A paisagem humanizada construída, equivale a todas intervenções atribuídas pela necessidade, no entanto além das implicações desinentes das razões econômicas, existem naturalmente a paisagem estabelecida por uma exigência estética, que não é grandeza e nem esbanjamento, mas necessidade plena para a existência do homem (TABACOW, 2004).

Abbud aponta que é inexistente o projeto de paisagismo em si sem que exista *a priori* a definição de lugar, que pode ser considerada da seguinte forma: lugar é todo espaço disponível em determinado ambiente que se alterado ou não, gera bons sentimentos em relação as pessoas que estão usufruindo daquele espaço, é o perímetro onde se torna possível um encontro agradável de pessoas ou a prática de alguma atividade seja ela esportiva, coletiva ou até mesmo individual, que possibilita também, mesmo que em segundo plano, desfrutar

dos elementos da paisagem que são compostos pela parte natural deste mesmo lugar. Além de agradável e atraente, um lugar deve sempre ter espaço para propiciar situações confortáveis independente da sazonalidade que determinado ambiente pode gerar para as pessoas, sendo que se esta variabilidade for alta, as pessoas devem ser capazes de ter conforto tanto no calor quanto no frio, sem que haja um dispêndio de energia ou recursos por parte das pessoas incluídas neste ambiente. A concepção e realização de um lugar considerado bom é complicada e depende da separação e conceituação de o que é um “lugar” e o que é um “não lugar”, um “não lugar” é a ligação entre dois lugares, é algo que cria continuidade entre lugares mas ao mesmo tempo um intervalo entre eles delimitando seu perímetro mantendo a harmonia, em uma analogia o “não lugar”, seria os intervalos dentro de uma música que são utilizados para dar mais destaque ou garantir maior entonação a determinadas notas musicais ou melodias. Porém a definição de “não lugar” não se limita apenas a ser uma passagem, este conceito pode ser estendido também a um espaço de transição que pode ser tão importante (ou até mais importante), do que o lugar em si que protagoniza o objeto de estudo de um projeto de paisagismo, um bom exemplo deste tipo de categorização são os jardins interiores planejados em edifícios que são concebidos para serem interpretados como um cenário arquitetônico e acabam tendo uma maior ênfase se comparados à edificação em si (ABBUD, 2006).

Contudo sob o pensamento de Macedo, o resultado da combinação entre a interpretação de fatores ambientais e métodos sociais implantados em determinado espaço, que pertence à um recorte de ambiente determina a existência de uma paisagem, e se visto por um panorama geral, em sua totalidade, constitui-se o planeta terra, como uma junção de várias paisagens nesta interpretação (MACEDO, 2012).

3.1.1 Funções Sociais Das Paisagens

A paisagem é um elemento do convívio humano, que está inserida sob três aspectos ecológico, econômico e social. No momento presente, a paisagem contemporânea funciona como uma ferramenta para ocasionar o encontro entre grupos sociais e isso pode acontecer de várias formas. Conforme o ser humano evolui, mais ele procura fortalecer sua relação harmoniosa com as paisagens que há em seu entorno, sejam naturais ou construídas buscando aproxima-las à sua forma de vida cotidiana. A influência mútua entre o comportamento do homem e o ambiente é uma ação muito interessante. O ambiente possui

um determinado impacto acima do indivíduo, onde os resultados provem das condições fisiológicas e psicológicas de todo ser humano. O fisiológico associa-se com os mecanismos biológicos do corpo, no mesmo momento em que o psicológico corresponde às experiências pessoal e cultural (FILHO, 2001).

A paisagem é um objeto que está sempre em constante variação, é consequência de adição e subtração sucessivas. Como uma natureza onde registra a história do trabalho e dos métodos (SANTOS, 2014).

O paisagismo envolve quaisquer campo onde nota-se a presença do ser humano. Inclusive na infertilidade dos desertos, grupos de pessoas constituem paisagens que proporcionam circunstâncias mínimas de sobrevivência, assim como as pequenas regiões férteis que encontra-se vegetação nativa combinada com uma quantidade de água. Neste contexto, o paisagismo é capaz e deve intervir como elemento de estabilidade entre o homem e a natureza, tanto em áreas rurais quanto em áreas urbanas, analisando harmoniosamente as paisagens e os privilégios que se possa usufruir para uma melhor qualidade de vida (FILHO, 2001).

3.2 PAISAGISMO E A PERCEPÇÃO SENSORIAL

De acordo com Abbud, o paisagismo desperta nos seres humanos os cinco sentidos (visão, olfato, audição, paladar e tato), enquanto em outras áreas como por exemplo a arquitetura e demais artes plásticas, usam apenas a visão. O paisagismo ao incluir essas experiências, é capaz de propor uma vivência sensorial muito rica (ABBUD, 2006).

Ao procurar um espaço que permitisse a relação do ser humano com o ambiente, passa a existir o conceito do jardim sensorial. São jardins que despertam os sistemas sensoriais de cada indivíduo com base na aplicação de espécies vegetais e outras ferramentas que possuem várias características, como texturas, cores, formas e odores (ELY, 2010).

Para que seja possível entender melhor a relação entre as pessoas e um jardim sensorial, é necessário entender como essa relação se estabelece, como os seres humanos são capazes de extrair informações sensoriais e através de quais mecanismos isso se torna possível. Santos (2014), aponta que paisagem pode ser conceituada (neste âmbito sensorial, especificamente) como os movimentos, volumes, cores e demais fatores constituintes de uma imagem até onde ela pode ser captada pelo nossa visão, ou seja, paisagem é o perímetro que o ser humano enxerga dentro da vastidão de um jardim sensorial.

Dentro deste contexto ABBUD (2006), aponta que os outros sentidos fazem parte dessa interpretação sensorial, o tato por exemplo atua como agente de interpretação de superfícies e características de textura, não só isso como também é um termômetro sensorial imediato, ou seja, no contato direto consegue interpretar a temperatura de determinada superfície ou objeto, e essas atribuições em conjunto fazem com que desta forma, o tato seja, tanto individualmente quanto relacionado a outro sentido, um fator catalisador da experiência empírica sensorial que é projetada para acontecer em jardins sensoriais. Abbud descreve também o paladar, que mesmo que não seja facilmente associado a um jardim sensorial tem seu papel como facilitador de experiências. Neste caso o ser humano que passa por um jardim sensorial permite-se a explorar o sabor da parte comestível constituinte da flora local, isso pode ser determinante por exemplo para conceituar um bioma de determinada sazonalidade através das flores e frutos que são produzidos ali, a identificação e conceituação desse ambiente se torna mais acessível e comparável a experiências já sentidas pela pessoa quanto mais comum for o acesso a tais plantas, e mesmo que o conhecimento empírico da pessoa seja limitado com relação a exploração selvagem, essa experiência pode estabelecer relações agradáveis entre a pessoa e o jardim em questão. Dentro dessa conceituação dos sentidos sensoriais do ser humano relacionados ao jardim sensorial, Abbud descreve a audição simplesmente como o fator que cria a relação entre os outros sentidos, é o que torna o ambiente mais abrangente, é o que desperta interesse para situações, plantas ou animais que não seriam percebidos caso a audição não fizesse seu papel enquanto sentido sensorial. Por fim o olfato é conceituado por Abbud como o sentido que torna a flora atrativa em áreas onde são formados esses jardins, é também um sentido sensorial que trabalha em conjunto com os demais para enfim auxiliar o ser humano a entender mesmo que de maneira tênue a bela complexidade que esses jardins trazem para as pessoas.

Ely (2010), reitera essas informações de que os sistemas sensoriais são complementares ao afirmar que mesmo que exista a ausência de um desses receptores de informação ambiental, o ser humano mesmo assim é capaz de adquirir informações através dos seus outros sentidos, como exemplo ele utiliza um deficiente visual, que mesmo sem enxergar os detalhes que formam a paisagem ele será capaz de sentir todos os aromas, ouvir todos os sons, sentir todas as texturas e provar todos os sabores de determinado local.

3.3 ÁREAS VERDES

Filho (2010) aponta que as áreas verdes, são as áreas urbanas localizadas em espaços livres, com uma grande quantidade de vegetação e que possua um valor social, (inserido os bosques, jardins, algumas praças e parques). A importância social que é imposto a paisagem, está relacionado com o seu utilitarismo, onde existe uma influência maior para conservar e preservar o biosistema e seu valor funcional estético e cultural.

Conforme o Art. 8º, § 1º, da Resolução CONAMA Nº 369/2006, compreende-se como área verde todo espaço de domínio público que exerça a finalidade ecológica, paisagística e recreativa, viabilizando o progresso da situação estética, funcional e ambiental do município, constituindo-se de vegetação e espaços livres de impermeabilização.

As áreas verdes são conhecidas como os pulmões da cidade, é de suma seriedade essas áreas verdes, não só nos arredores da cidade, como no centro também. Para conquistar uma cidade fresca, necessário cultivar árvores e arbustos de modo que o ar transite para refrescar os moradores. As comunidades devem crescer com áreas verdes e quando existir a ausência de espaços com belezas naturais, precisamos deixar alguns terrenos para os moradores possam ter no futuro um parque (LENGEN, 2004).

Para Martinez (2015), as áreas verdes urbanas são áreas com domínio de vegetação arbórea de amplo valor na qualidade de vida das pessoas. Além de possuir a finalidade paisagística, permite privilégios à população como a diminuição da poluição, sombreamento, valorização visual do espaço urbano, reduz as temperaturas, absorve parte dos raios solares, abrigo a fauna, etc. As áreas verdes urbanas, podem ser classificadas como: Semi-públicas, Urbanas privadas, Urbanas públicas e Sub Urbanas.

3.3.1 Parques Urbanos

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, parque urbano amplificação maior que as praças e os jardins públicos, é uma área verde com a finalidade ecológica, estética, lazer e recreação.

Quando falamos de um parque, a primeira cena que conseguimos conceber é um singelo e imenso gramado cortado por um lago sinuoso e agradável, composto por uma romântica ponte, onde a vegetação está a encurvar sobre as águas e cercado por um bosque. A segunda recordação que temos, é visão do Central Park, em Nova York um vasto gramado

rodeado por arranha-céus. Mas isso é uma concepção estabelecida sem o devido conhecimento, pois a verdadeira função do parque é um espaço livre constituído por vegetação e dedicado ao lazer da sociedade (MACEDO; SAKATA, 2003).

Ao tentar constatar a estabilidade entre o método de urbanização moderno e a conservação do meio ambiente, surge o parque urbano, com inovadores traços artísticos e agradáveis, concebendo a representação, entorno e identidades, tendo de ser considerados em seus distintos períodos, atividades e ocupações. Analisar os parques urbanos sugere inicialmente em conceituar a descrição do que é o parque, encontrando obstáculos pelas diferentes proporções, formas de procedimentos, funções e apetrechos, introduzindo os parques lineares. Os parques são instrumentos de utilidade pública, propagado com base nas tentativas inglesas, francesas e americanas que passaram a existir de atitudes concretas, em circunstância geográfica e histórica. É serviço do município fornecer parques públicos, e decorre fundamentado da necessidade da existência desses instrumentos (SCALISE, 2002).

Os parques concretizam-se no espaço, como áreas, como festival que se demonstram através da imagem, propaganda, pela definição destinada, imposta. São instrumentos da paisagem que se tornam ícones, do ambiente, da atualidade (GOMES, 2014).

Dessa forma a função dos parques no Brasil é vasto, e sua conceituação geralmente não é precisa. Os espaços de lazer que possuem uma área de 10 mil m² ou parcialmente maior, são definidos como parque somente por estarem cercados e acomoda instalações de lazer a vegetação. Para os autores Macedo e Sakata, parque é toda área de uso comunitário proposto para o entretenimento independente do uso, apto a englobar objetivos de preservação e cuja sustentação morfológica é suficiente, ou seja, não é motivada em sua organização por nenhuma estrutura formada em seu entrono (MACEDO; SAKATA, 2003).

Mascaró (2008), aponta que os parques são espaços de intermediário porte, possuem entre 10 e 50ha. Precisam estar englobadas pelo tecido urbano, ou ao menos estarem encostadas nele, apresentar uma ligação apropriada ao sistema de transporte público e privado do município. Abrange regiões alternativas, como as designadas para exposições, feiras, grandes eventos, recreação etc.

3.3.2 Praças

Conforme Tabacow (2004), praça e jardim comunal são conceitos existentes desde a antiguidade, e não só conceitos como eram práticas comuns como por exemplo na

democracia grega onde os pensadores e filósofos da época discutiam seus ideais com seus discípulos e aprendizes em espaços públicos, geralmente perto da sombra de uma árvore, ou nas cidades medievais que tinham espaços, geralmente no centro dos vilarejos, destinados a encontros sociais e políticos determinantes para a sociedade, independente do contexto histórico, as pessoas já utilizavam espaços públicos naturais ou artificiais, planejados ou não, para se reunirem e discutirem ideias ou até mesmo para estabelecerem uma simples interação social.

Alex (2008), aponta que foi a partir de um determinado período de tempo (exatamente a partir do século XVII no período do renascimento) que a área que antes era planejada como área central, passa a ser definitivamente parte de um planejamento urbano principalmente em cidades europeias, passando a ser não somente um local de interação social e comercial mas também trazendo consigo a identidade cultural da região de acordo com os aspectos artísticos, visuais e arquitetônicos presentes nessas construções, exemplos clássicos desse tipo de projeção arquitetônica culturalmente exibicionista são as praças italianas, espanholas e francesas deste século particularmente.

O termo praça é muito abrangente e causa desavença entre diferentes autores, por possuírem um ponto de vista sobre o assunto, mas todos consentem em interpretar esse termo com um espaço público. De acordo com Macedo, as praças podem ser rotuladas como um local público e urbano, conhecidas por suas áreas de lazer e convivência dos habitantes. Esse termo, alcança tamanha proporção que provoca um equívoco em relação à terminologia dos espaços urbanos, pois várias áreas são denominadas como praça mas são unicamente canteiros ou jardins urbanos, que são sobras do sistema viário (MACEDO, 2010).

Para Lamas (2000), a praça é um componente das cidades e é diferente de outros espaços, que são consequências de expansão ou convergência de traçados – isso se dá pela disposição espacial e a intencionalidade do desenho que a caracterizam. A via pública e o traçado, são espaços de circulação, a praça é um espaço proposital para que nela ocorram encontros, seja uma área de convívio e permanência, de acontecimentos e demonstração da vida urbana pública.

Na cidade, o espaço comum atribui incontáveis formas e tamanhos, onde é possível compreender desde a via de passeio até a paisagem que é vista da janela das residências. Envolve os espaços que são desenvolvidos para a prática rotineira, da qual os contornos mais notáveis são as ruas, as praças e os parques. A expressão “público” mostra que

os espaços que materializam esses locais, devem ser acessíveis e amplos, sem restrição, destinado a todos (ALEX, 2008).

Mascaró (2008), define como praça uma área aberta no meio do tecido urbano, possui uma extensão de um ou no máximo dois quarteirões, contornada de vias de circulação, normalmente estas áreas são ajardinadas completamente ou parcialmente. As praças podem estar localizadas no centro da cidade, e nessa situação ganha o nome de praça maior ou da matriz – em referência a igreja central da cidade, quando a praça é menor que um quarteirão atribui-se o nome de largo ou pracinha.

3.4 ÁREAS DEGRADADAS

De acordo com a Embrapa, área degradada é aquela que tolerou algum grau de perturbação em sua plenitude, independe se pertencem a natureza física, química ou biológica (EMBRAPA).

Sánchez (2006), define como áreas degradadas uma ausência ou degeneração da categoria ambiental. A deterioração de um objeto ou de um complexo, normalmente está ligada ao conceito de perda de qualidade. A lei da Política Nacional do Meio Ambiente caracteriza degradação ambiental como “alteração adversa das características do Meio Ambiente” (art. 3º, inciso II), descrição bastante vasta para compreender todas as situações de perda à saúde, à segurança dos indivíduos, às ações comunitárias e econômicas, as circunstâncias agradáveis ou salubre do meio, que a própria lei concede.

A definição de degradação está relacionado normalmente aos resultados ambientais classificado como prejudicial ou impróprio e que sucedem particularmente de ações ou procedimentos do ser humano. Eventualmente o termo é utilizado as transformações resultantes de manifestações ou recursos naturais. O entendimento de áreas degradadas é instável conforme a ação em que esses resultados são gerados, assim como em função do campo do pensamento do homem em que são apresentados e analisados (BITTAR, 1997).

A degradação está relacionada a qualquer estado de alteração de um ambiente e a qualquer tipo de ambiente. O ambiente construído degrada-se, assim como os espaços naturais. Tanto o patrimônio cultural quanto o natural podem ser degradados, descaracterizados e até destruídos. Muitos desses termos descritivos serão usados para caracterizar impactos ambientais. Também como a poluição se propaga a partir de um certo patamar, também a degradação pode ser notada em diferentes graus. O grau de perturbação

pode ser tal que um ambiente se recupere espontaneamente; mas, a partir de certo ponto de degradação, a recuperação espontânea poderia ser improvável, ou somente se dar a prazo muito longo, desde que a fonte de perturbação seja anulada ou reduzida. Na maioria das vezes, uma ação de correção é indispensável (SÁNCHEZ, 2006).

3.5 ESPAÇO PAISAGISTICO E MOBILIARIOS URBANOS

De acordo com a LEI Nº 10.098, 2000 pode-se definir mobiliários urbanos como um conjunto de equipamentos presentes nas vias e nos espaços públicos, superpostos ou complementares aos elementos de urbanização ou de construção, de modo que a sua alteração ou sua transferência não cause modificações complexas nesses elementos, por exemplo semáforos, postes de sinalização, terminais e pontos de acesso coletivo às telecomunicações, fontes de água, lixeiras, toldos, marquises, bancos, quiosques e todos outros elementos de natureza semelhante.

Contudo para a ABNT, os componentes, instrumentos e pequenas edificações constituintes da paisagem urbana, de natureza proveitosa ou não, fundado por meio de concessão do poder público em espaços públicos e privados.

Alex (2008), aponta que o mobiliário urbano é organizado por elementos material que mobíliam e proveem o município como por exemplo: o banco, o chafariz, o cesto de papéis, o candeeiro, o marco do correio, a sinalização, etc., ou então com proporção de construção, como os quiosques, o abrigo de transportes, e outros.

Os elemento urbanos são componentes da cidade, por isso ficaram conhecidos como mobiliários urbanos, onde podemos fazer uma breve comparação com os mobiliários domésticos, onde as mesas, cadeiras, telefones e lixeiras, satisfazem as necessidades da família, e os jarros, esculturas, luminárias e relógios enfeitam o interior de uma residência. É assim no espaço urbano, esses componentes tem as funções multiplicas para conseguir atender o número de pessoas que ali vão frequentar (MASCARÓ, 2008).

Alex (2008), ainda complementa que o acesso físico relaciona-se a inexistência de barreiras espaciais ou arquitetônicas – como construções, plantas, água, etc. para entrar e sair de um ambiente. Contudo, no espaço público é preciso cuidar também a posição das aberturas, as exigências de travessia das vias públicas e a qualidade ambiental dos trajetos. Acesso visual, ou visibilidade, representa a característica para o início do contato, mesmo à extensão, do indivíduo com o espaço. Compreender e reconhecer riscos possíveis é um

processo espontâneo antes de alguém adentrar qualquer espaço. Por exemplo, uma praça no nível da via pública, perceptível de todas as calçadas, avisa aos usufrutuários sobre o espaço, dessa forma ela se torna mais propícia ao uso.

Em um primeiro momento a atitude de quem compreende o aproveitamento do pavimento como um cenário potencial é de o realçar. Dessa forma, as rotundas floridas, e o uso da calçada em modelo decorativo, mesmo que ainda não é tão agradável, tem contudo seu início no próprio desejo adorno. Os critérios desiguais formados por diversos equipamentos ocorrem da sua finalidade. O pavimento conseguiria estabelecer uma conexão por entre e à volta dos edifícios, mas nesse contexto precisaria recursar-se a tornar-se somente uma faixa neutra de asfalto restrita por passeios. É imprescindível considerar em sociedade com os edifícios e, pela caracterização dos seus desníveis, escala, textura e qualidades gerais, produzir como efeitos a sociabilidade e a homogeneidade (CULLEN, 1971).

Para Mascaró, as ciclovias e as “bicitrilhas” são termos diferentes. A ciclovia é interpretada como meio de transporte, é um elemento do sistema viário, e para a implantação alguns problemas como a interferência dela com as vias de circulação de pedestres e circulação de automóveis devem estar solucionados. Já as bicitrilhas não possuem ligação com o meio urbano, e a sua utilização está voltada para os fins de semanas, e é muito comum utilizar outro meio de transporte para chegar até as bicitrilhas. Os usuários entendem como um elemento para realizar esporte ou uma aventura (MASCARÓ, 2008).

Nosso foco deve-se dirigir ao impacto provocado pela alta tecnologia implantada nas instalações de sistemas modernos de iluminação pública urbana do que, propriamente, para planejadas peças e dos candeeiros. Evidentemente imprescindível dissociar estes dois aspectos, já que, como em qualquer outro aspecto de paisagem urbana, temos duas facetas que nos dizem respeito: primeiro, o desenho em si, e, em segundo lugar, a montagem dos elementos desenhados. Esse sistema fundamenta-se numa iluminação homogênea da superfície da via; Não podendo existir zonas de escuridão. Para adquirir tal efeito, é necessário que as fontes de luz devem ser localizadas com uma certa exigência maior em relação às outras, sobretudo em curvas (CULLEN, 1971).

4. CORRELATOS

Nesse capítulo serão apresentados cinco projetos como referência, que serviram como base e suporte para o desenvolvimento da proposta de Revitalização do Parque Municipal Salto do Portão em Cascavel – PR. Serão analisadas nessas obras os aspectos formais, aspectos funcionais, aspectos construtivos e aspectos ambientais. Dessa forma, os correlatos auxiliam a compreender e solucionar o que pode ser utilizado na proposta arquitetônica.

4.1 PARQUE MANGAL DAS GARÇAS (BELÉM – PA)

O Parque Mangal das Garças, chama atenção devido a sua setorização e configuração espacial, sendo assim utilizado como conceito na proposta arquitetônica paisagística.

O Parque Mangal das Garças foi criado pelo Governo do Pará em 2005 e é origem da revitalização de uma área de cerca de 40.000 m² às margens do Rio Guamá. O que antes era uma área alagada passou a ser um belo recanto natural (KLIASS, 2006).

Figura 01: Setorização Parque Mangal das Garças



Fonte: Mangal das Garças

4.1.1 Aspecto funcional

O Mangal das Garças passou a ser um dos pontos turísticos mais conceituados de Belém, com lagos, aves, vegetação típica, equipamentos de lazer, restaurante, vistas da cidade

e do rio. Em sua extensão, em meio às árvores e rios, uma ampla fauna é cuidada com imenso carinho por uma equipe de Biólogos. A atração é o percurso pelo interior de dois grandes viveiros nos quais o visitante pode apreciar livremente as atividades de animais, sem anteparos que interfiram na interação entre as pessoas e essas outras espécies. Uma estrutura metálica sustenta a tela leve que recobre os dois espaços (KLIASS, 2006)

Figura 02: Vista aérea do Parque Mangal das Garças



Fonte: Mangal das Garças

4.1.2 Aspecto Ambiental

A modificação da paisagem foi cautelosa, a exigência era o aproveitamento máximo das qualidades paisagísticas da área. O conceito, era demonstrar as distintas macrorregiões florísticas: as matas de terra firme, as matas de várzea e os campos, com sua fauna.

A preservação da vegetação nativa é um dos traços importantes para a concepção do parque. O espaço foi todo desenvolvido para receber as aves, o viveiro, por exemplo, suporta a influência das marés, o que aceita a acomodação de aves aquáticas. A flora característica do local é a várzea do estuário amazônico. A aninga é uma espécie presente no Mangal, e que cria condições de sombra e possibilidade de aparecerem outras espécies, como o açaí e o buriti, que estão no Viveiro. (KLIASS, 2006)

Figura 03: Viveiro das Aningas

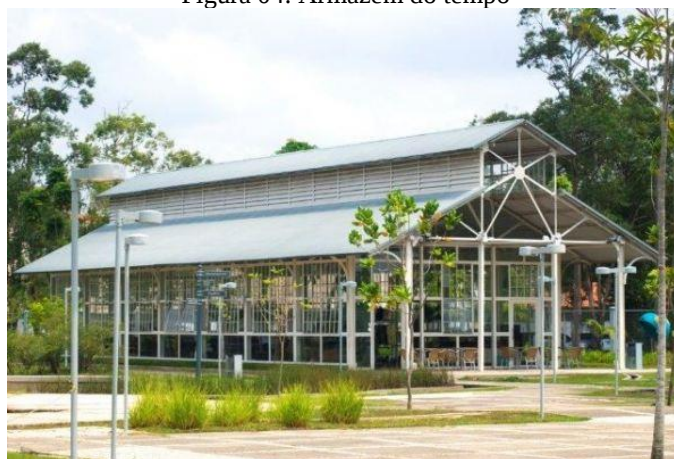


Fonte: Mangal Das Garças

4.1.3 Aspecto construtivo

Os elementos arquitetônicos inseridos foram acertados de forma ordenada como partes integrantes do parque, em harmonia com a paisagem. Próximo a entrada e ao prédio da administração, foi reciclado um antigo galpão de ferro doado à Secretaria de Cultura e destinado à exposição e venda de plantas da Amazônia. O que recobre os dois grandes viveiros, é uma estrutura metálica que sustenta a tela leve.

Figura 04: Armazém do tempo

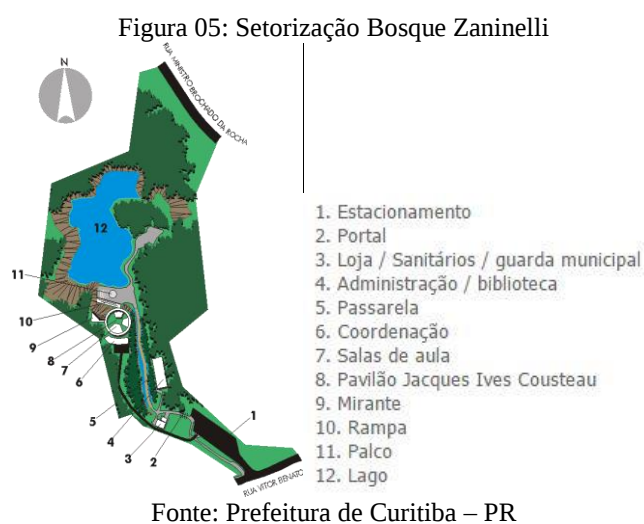


Fonte: Mangal Das Garças

4.2 UNILIVRE – BOSQUE ZANINELLI (CURITIBA – PR)

O Bosque Zaninelli, foi escolhido como correlato por ser uma área verde recuperada, e na presente pesquisa será utilizada a ideia do espelho d'água e o auditório ao ar livre.

Segundo a prefeitura de Curitiba (2015), o Boque Zaninelli foi originado a partir de uma área verde recuperada naturalmente logo depois de existir desde 1947, para a obtenção de granito o qual ocasionou um grande paredão de pedra. Está localizado em Curitiba – PR e é decorrência de uma antiga pedreira, possui uma área total de 36.794 m² e abriga a Universidade Livre do Meio Ambiente.



4.2.1 Aspecto funcional

Na entrada estão localizados alguns blocos administrativos, o acesso a pedreira se dá por meio de um caminho de madeira pendente sobre as águas de um riacho contornado pela mata nativa. Aos pés da parede de pedra há um lago que a reflete, o encanto puro da paisagem foi mantida e valorizada (MACEDO; SAKATA, 2003).

Figura 06: Unilivre e Bosque Zaninelli



Fonte: Unilivre

4.2.2 Aspecto Construtivo

O bloco da Universidade atrai os olhares devido a estrutura de troncos de eucalipto, com poucos fechamentos e pela rampa de 22 metros que leva até o mirante situado em seu topo. Esses princípios, constituem um conjunto intrínseco, que se tornou atração turística. (MACEDO; SAKATA, 2003)

4.2.3 Aspecto Ambiental

O Bosque dispõe de uma densa mata nativa ao entorno da pedreira, diversas espécies de aves e flora, a passarela no túnel vegetal que desemboca frente à pedreira e espelho d'água do lago com aproximadamente 120 m de extensão, o auditório ao ar livre e o mirante.

Figura 07: Auditório ao ar livre



Fonte: Unilivre

4.3 CASA FOLHA

A Casa folha é uma obra arquitetônica que visa a utilização de materiais vindos da natureza e foi escolhida como correlato por causa dessa integração “homem e natureza”. Dessa forma, na proposta projetual será utilizada a estrutura do eucalipto - que proporciona grandes vãos, e o pé direito muito alto proporcionando ventilação em todos os ambientes

Segundo a página do ArchDaily (2011), a Casa Folha possui uma área construída de 800 m² e está localizado em Angra dos Reis, Rio de Janeiro. Para a realização desse projeto encontrou-se a inspiração em arquiteturas brasileiras indígenas, devido ao clima quente e úmido – como o local da residência.

Figura 08: Casa Folha

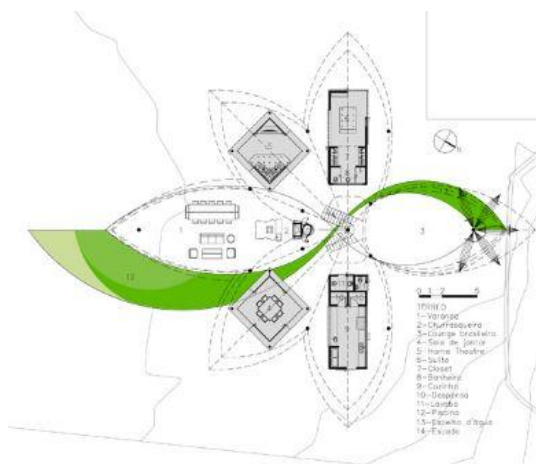


Fonte: ARCHDAILY, 2011

4.3.1 Aspectos funcionais

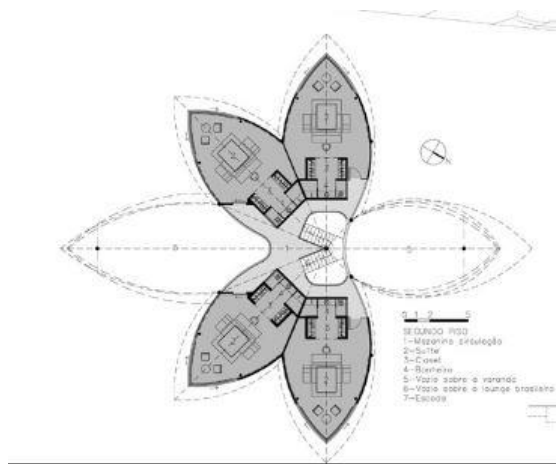
Os espaços internos e externos permitem a integração entre o homem e a natureza, a obra dispõe de ambientes livres, que revelam a fundamentação do projeto, sendo os ambientes mais utilizados pelas pessoas que frequentemente estão na casa. O jardim envolve os terraços e invade o térreo, a piscina começa no jardim e atravessa a varanda frontal, conhecida como lounge - uma sala de descanso e relaxamento com cinco redes dispostas em semicírculo – e transforma-se em um espelho d'água na parte posterior (ARCHDAILY, 2011).

Figura 09: Planta baixa primeiro pavimento



Fonte: ARCHDAILLY, 2011

Figura 10: Planta baixa segundo pavimento



Fonte: ARCHDAILLY, 2011

No piso superior estão localizados os quartos, que tem toda privacidade quebrada por enormes portas-balcão de vidro curvo, que quando são abertas dão acesso para terraços com uma vista para o mar. O pé direito alto, tolera que haja ventilação e resfriamento passivo em todos os ambientes da edificação, proporcionando o conforto térmico diminuindo assim o uso de ar condicionado (ARCHDAILLY, 2011).

4.3.2 Aspecto formal

Essa transparência e relação do interior e exterior, permite uma fusão entre eles tornando os espaços agradáveis. Dessa forma é importante destacar o paisagismo feito por Marita Adania, relacionando com a edificação, a cobertura funciona como uma grande folha que protege do sol todos os cômodos da casa, assim como os espaços livres entre eles (ARCHDAILLY, 2011).

Figura 11: Lounge Casa Folha



Fonte: ARCHDAILLY, 2011

4.3.3 Aspectos Construtivos

Toda a estrutura da cobertura foi feita em madeira laminada de eucalipto, que devido ao seu processo de fabricação consegue ao mesmo tempo vencer grandes vãos (25 metros é o maior da casa) com facilidade e ter ainda refinamento estético. O telhado, devido á sua geometria complexa é feita em pequenas peças de madeira (pinús) (ARCHDAILLY, 2011).

Figura 12: Cobertura Casa Folha



Fonte: ARCHDAILLY, 2011

O eucalipto, assim como o Pinus são espécies plantadas para reflorestamento e usadas como matéria-prima consideradas renováveis, é um material ecológico contemporâneo, capaz de criar uma nova tendência, não apenas sendo utilizado como estrutura (ARCHDAILLY, 2011).

Todas as superfícies de acabamento da casa, exceção feita ao vidro e ao cobre patinado, são naturais: Ardósia ferrugem em tiras, madeira natural, madeira de cruzeta de poste no piso do térreo, e tramas de bambu (ARCHDAILY, 2011).

Figura 13: Hall de entrada Casa Folha



Fonte: ARCHDAILY, 2011

O uso destes materiais naturais, do vidro e do cobre patinado, que adquire um tom esverdeado e tem vida útil muito longa, e a estética orgânica rica em detalhes como diferentes ritmos e texturas, provocou um fato interessante: A sensação de que a casa, nova em folha, parece estar ali desde sempre, em grande harmonia com a natureza exuberante de Angra. A sensação de pertencer ao lugar (ARCHDAILY, 2011).

4.4 PARQUE MUNICIPAL ECOLÓGICO MARAPENDI

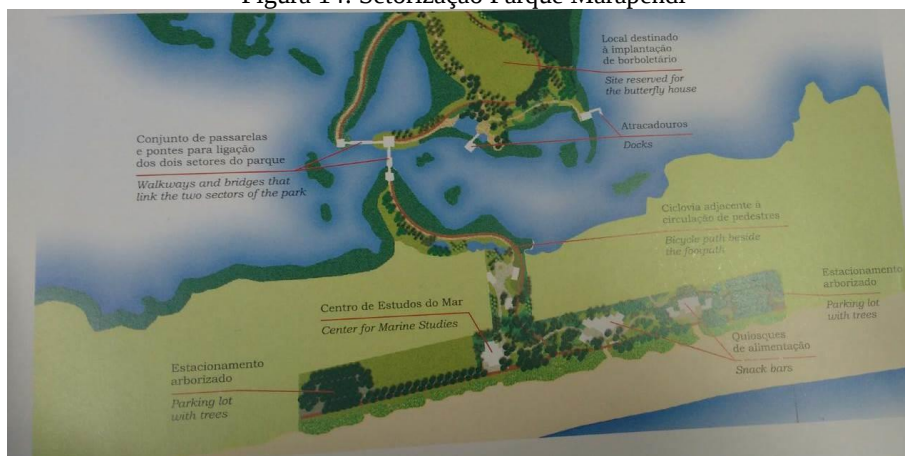
Desta obra analisada, buscou-se a ecogênese que visa recuperar a flora original e a preservação dos parques.

4.4.1 Aspecto Ambiental

O Parque Municipal Ecológico de Marapendi, foi concebido pelo governo municipal em Abril de 1978, localizado na Barra da tijuca, Rio de Janeiro. Como unidade de conservação, dentro desta localidade, o enorme parque constituído por aproximadamente seis milhões de metros quadrados, que contém dentro de si a Lagoa de Marapendi (que representa geograficamente a metade do espaço ocupado pelo parque), representa a importância máxima quando se leva em consideração a relevância deste tipo de ambiente voltado diretamente a

conservação. A restante do espaço territorial, que representa os cinquenta por cento de território restantes, é formado por um terreno arenoso que constitui dois cordões de dunas que constituem ambas as margens Norte e Sul do parque (CHACEL, 2001).

Figura 14: Setorização Parque Marapendi

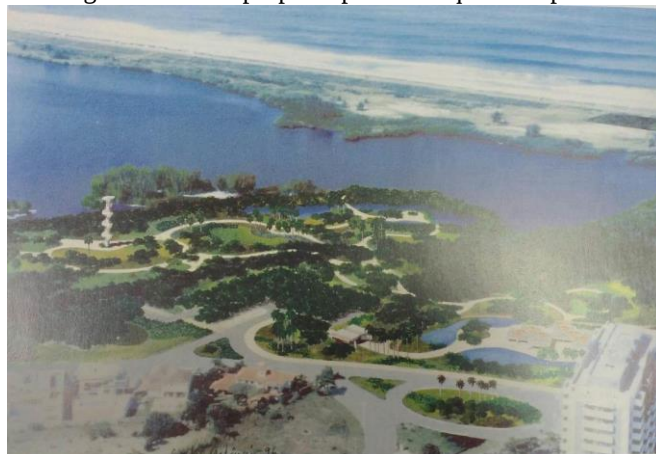


Fonte: CHACEL, 2001

A porção do parque que não faz parte da lagoa foi depredada com o tempo através de explorações ou fenômenos naturais que esculpiram a partir daí a paisagem como um todo, mas mesmo assim o ambiente reserva, em trechos distintos, resquícios de valor imensurável da flora que existia antes onde hoje vigoram as dunas e antedunas aos arredores da Barra da Tijuca e do Recreio dos Bandeirantes. Por causa destas sobras naturais se tornou possível, e notável, a restauração natural da vegetação nativa, em diferente intensidade dependendo de sua localização dentro do perímetro do parque, e por consequência a sua vulnerabilidade à ações impactantes independentes de sua origem (CHACEL, 2001).

A ocupação desorganizada da Baixada de Jacarepaguá culminou na alteração da estrutura superficial de maneira negativa modificando a paisagem regional através da destruição e degradação da planície e da cobertura vegetal nativas, e por isso o Parque Municipal Ecológico Marapendi se tornou consequentemente um espaço para experimentação de recriação da flora original através do processo científico conhecido como ecogênese (CHACEL, 2001).

Figura 15: Nova proposta para o Parque Marapendi



Fonte: CHACEL, 2001

De acordo com o autor, a partir dessa necessidade surgiu um projeto cuja as intenções de preservação, continuidade e restauração da flora original, foram representadas por ações voltadas para esta conservação, a seguir essas ações serão identificadas e resumidas não necessariamente na ordem em que foram implantadas:

- Aumento das áreas de restinga e de brejos, pântanos ou charcos, que foram identificadas como áreas de preservação de vida silvestre ou de mata nativa pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente e que fazem parte da área do parque;
- Criação de uma área específica para manguezal com largura total de 30 metros, para aumentar a presença de fimbrias nos mangues existentes na área de preservação permanente;
- Implantação de espécies de plantas provenientes de espaços modificados pela ação do homem, plantas e árvores exóticas que garantem grande cobertura vegetal para conservação e cultivo dentro deste âmbito de restinga, sempre atentando-se ao fato da compatibilidade com o ecossistema natural do local;
- Preservação total de locais que contém vegetação natural em toda área do parque e possível remanejamento do cordão litorâneo caso seja necessário, desde que seja priorizada a preservação da flora nativa.

Para que os métodos de manejo e conservação não entrassem em conflito com os interesses do projeto o maquinário e o equipamento necessários para este tipo de trabalho foram inseridos nos locais onde já existia a degradação do ambiente, mas mesmo assim todas as construções eram adequadas ao ambiente para que existisse ali uma proposta paisagística identificável (CHACEL, 2001).

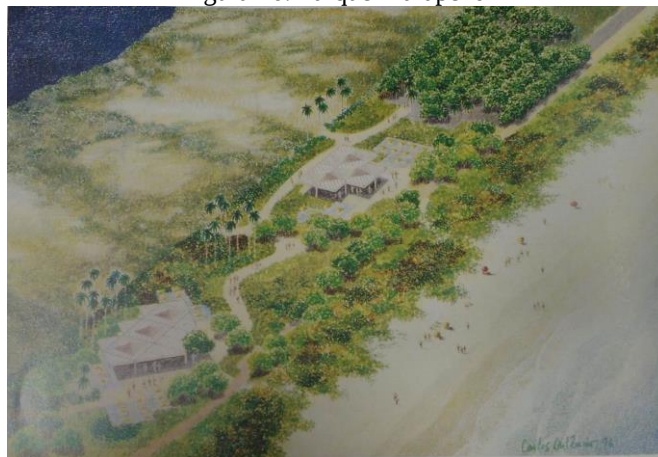
Garantindo que o fluxo de transporte rodoviário seja restrito e mínimo para que determinados parâmetros de conservação sejam atingidos o parque conta com a presença de dois estacionamentos em setores distintos construídos ao longo do perímetro do parque ligados somente por uma passagem que serve de entrada única e ao mesmo tempo serve de bloqueio para um possível fluxo de automóveis, obrigando assim o visitante a se dirigir até a entrada a pé, ou de bicicleta através de um ambiente propício para este tipo de fluxo. O parque conta com uma praça principal equipada com um pergolado que fica próximo a espelhos d'água, com uma ciclovia que leva aos demais locais, e com trilhas de caminhada que também fazem essa distribuição logística do pessoal visitante. Na parte próxima ao perímetro (seja este Sul ou Norte) existem quiosques que servem como centros de informação e alimentação. (CHACEL, 2001)

Chacel (2001) aponta que existem também em uma seção mais próxima ao centro do parque, mas mais exatamente localizada a Oeste as “ilhas de restinga”, que serão, a grosso modo, vitrines das partes constituintes da flora nativa tal como a formação lenhosa de arbustos através da conexão entre os vegetais que é fornecida pelo ecossistema abordando os aspectos herbáceos e demais aspectos científicos dessas plantas em questão. Entre este santuário natural de plantas nativas e a Lagoa de Marapendi, foi planejado também um borboletário, cujo o acesso é garantido pelas pontes projetadas as margens da lagoa, sendo uma dessas pontes uma ponte móvel, projetada para facilitar a logística de transporte de visitantes e para manter os aspectos naturais da paisagem como um todo. Na parte Sul da lagoa, em sua margem, tanto a trilha de pedestres quanto a ciclovia, passam por ali de maneira transversal (não diretamente à margem, mas sim a faixa de proteção da lagoa), e tem como um de seus destinos uma estação de teleférico, e de ali em diante seguem separadamente até a praia onde chegam coincidentemente ao “calçadão verde”.

Para auxiliar no espaçamento do projeto, parte da Avenida Sernambetiba será desativada para que neste local seja implantado o mencionado “calçadão verde”, parte da ciclovia e alguns acessos para demais áreas do parque como por exemplo os estacionamentos arborizados planejados para serem implantados nas áreas Oeste e Leste do parque. O parque não contará somente com quiosques em sua entrada, também serão construídos conjuntos de quiosques com áreas de ligação entre a praia e o parque, como ambientes de encontro que atendem a ambos os públicos, tendo em vista que o acesso à areia da praia é possível através de determinadas passagens transversais, que tem como objetivo primordial o controle de

acesso ao parque para que a Reserva de Restinga seja continuamente preservada e assegurada (CHACEL, 2001).

Figura 16: Parque Marapendi



Fonte: CHACEL, 2001

4.5 RESIDÊNCIA ODETTE MONTEIRO

Este correlato foi escolhido devido a composição paisagística e as espécies de vegetação usadas.

A residência Odette Monteiro foi um dos primeiros trabalhos de Roberto Burle Marx, localizado na região serrana do Rio de Janeiro, atualmente ela é conhecida como Fazenda Marambaia.

Figura 17: Residência Odette Monteiro



Fonte: VITRUVIUS, 2009

4.5.1 Aspectos Ambientais

As circunstâncias naturais do local eram de um fundo de vale contornado pela Serra do Órgãos e com a presença de um rio. Neste projeto, Burle Marx apresentou uma ampla originalidade, onde foram elaboradas várias alterações na topografia, como um platô que tem como finalidade acomodar a residência da fazenda, estabelecendo uma série de caminhos que atravessam o terreno, algumas elevações também concebidas e na parte mais baixa deste vale, foi inserido um lago (FARO, 2015).

Figura 18: Lago da Residência Odette Monteiro



Fonte: Portfólio Burle Marx

A técnica usada por Burle Marx era interessante, pois ele definia muitas coisas no próprio lugar onde iria desenvolver o projeto. Portanto, o jardim elaborado para Odette Monteiro é um exemplo deste procedimento, o qual é visivelmente ressaltado com o conceito de um jardim com a finalidade contemplativa (FARO, 2015).

Figura 19: Maciços de flores Residência Odette Monteiro



Fonte: Portfólio Burle Marx

Uma grande qualidade do trabalho do Burle Marx era o domínio pelo material utilizado, designando uma circunstância onde os maciços de plantas, com flores ou folhagem vistosa se sobressaíam sobre uma paisagem de fundo seja de gramado ou seja uma floresta sem representar manchas muito amplas, assim, os olharem sempre incidem para essas manchas que fazem com que sejam lugares independentes, além disso tudo as colorações, formas e volumes, oferecem ao local personalidade sem perder de vista seu conjunto (FARO,2015).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com fundamento no propósito traçado, procurou-se entender através de um embasamento teórico, a finalidade e a magnitude da inserção de áreas verdes no meio do contorno urbano. Com base no valor da inserção de áreas verdes e paisagismo realizou-se o estudo teórico para auxiliar na elaboração da proposta arquitetônica paisagística.

Com os conteúdos lembrados, percebe-se o valor da arquitetura e urbanismo, não sendo exclusivamente na atualidade, constata-se que é uma matéria indispensável desde os períodos remotos. Em particular, a arquitetura paisagística no decorrer de várias décadas sucessivamente nos permitiu diferentes tipos de sensações e atualmente ela é testemunha no nosso dia – a – dia.

Os parques urbanos possuem diversas contribuições e finalidades, não só para a população que faz o uso, mas também para o desenvolvimento sustentável da cidade, pois para idealizar esses ambientes harmoniosos, deve-se propor a redução dos problemas urbanos, proporcionar aos usuários um conforto e essas áreas precisam ter uma aproximação entre o homem e a natureza.

É perceptível como esse ambiente contribui para o município, aos que irão usufruir do lugar e a entender o desempenho desses espaços para a cidade. Contendo essas áreas para que não sejam ocupadas de modo inadequado colaborando para a diminuição do uso desses ambientes como abrigo de dependentes químicos e vândalos.

Portanto essas questões ligadas com o problema da pesquisa, é possível desenvolver a proposta da Revitalização do Parque Municipal Salto do Portão em Cascavel – PR, que proporcionará aos desfrutadores uma área de lazer com a estrutura necessária.

Sendo assim, foram necessárias passar por diversas etapas. Inicialmente escolher um problema, o desenvolvimento, a pesquisa sobre o assunto, originando como produto essa pesquisa que está em um processo de evolução, que não está concluída e no próximo semestre será abordado as diretrizes projetuais finalizadas com o projeto.

REFERÊNCIAS

- ABBUD, B. **Criando paisagens: guia de trabalho em arquitetura paisagística**. São Paulo: Senac, 2006.
- ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9283: Mobiliário Urbano**. Rio de Janeiro, 1986.
- ALEX, S. **Projeto da Praça: convívio e exclusão no espaço público**. São Paulo: Senac, 2008.
- BENEVOLO, L. **História da Cidade**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2009.
- BITTAR, O. Y. **Avaliação da recuperação de áreas degradadas por mineração na região metropolitana de São Paulo**. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Departamento de Engenharia de Minas, São Paulo, SP.
- BRAGA, M. **Conservação e Restauro**. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2003.
- BRANDI, C. **Teoria da Restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- BRASIL. **Lei Nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: Vol. 5, n 2, Novembro 2010 Gestão & Tecnologia de Projetos [ISSN 19811543] 204 <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm> Acesso em 05/05/2017.
- BRUAND, Y. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- BURLE MARX. Disponível em: <[http://burlemarx.com.br/bm/portfolio-item/fazenda-marambaia/#wpexLightboxGallery\[\]/2/](http://burlemarx.com.br/bm/portfolio-item/fazenda-marambaia/#wpexLightboxGallery[]/2/)> Acesso em: 17/05/2017.
- CAVALCANTI, L. **A permanência do instável**. 2009. Disponível em: <<http://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/08.095/3017>> Acesso em: 17/05/2017.
- CIMINO, R. **Planejar para Construir**. São Paulo: Pini, 1987.
- COLIN, S. **Uma Introdução à Arquitetura**. Rio de Janeiro: Uapê, 2000.
- CULLEN, G. **Paisagem Urbana**. São Paulo: edições 70, 1971.
- DEL RIO, V. **Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento**. São Paulo: PINI, 1990.
- ELY, V. H. M. B. **Desenho Universal aplicado ao Paisagismo**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em:

<<http://www.bu.ufsc.br/petarquitetura/CadernodeDesenhoUniversalAplicadoaoPaisagismo.pdf>> Acesso em: 08/05/2017

EMBRAPA. **Recuperação de Áreas Degradadas.** Disponível em: <<http://www.cnpma.embrapa.br/unidade/index.php3?id=229&func=pesq>> Acesso em: 05/05/2017.

FAG. **Manual para elaboração e Apresentação de Trabalhos Acadêmicos.** Cascavel: FAG. 2015.

FARO, R. **Obras de Burle Marx: Residência Odette Monteiro.** 2015 Disponível em: <<http://germinarpaisagismo.wixsite.com/estarverde/single-post/2015/12/05/16-Obras-de-Burle-Marx-Resid%C3%A2ncia-Odette-Monteiro>> Acesso em: 17/05/2017.

FILHO, J. A. L. **Paisagismo: princípios básicos.** Viçosa: Aprenda Fácil, 2001.

GOMES, M. A. S. **Parques Urbanos, Políticas Públicas e Sustentabilidade.** Mercator, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mercator/v13n2/1676-8329-mercator-13-02-0079.pdf>> Acesso em: 08/05/2017

HAROUEL, Jean-Louis. **História do Urbanismo.** Campinas-SP: Papirus, 1990.

HELM, J. **Casa Folha.** 2011. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/01-14796/casa-folha-mairenes-mais-patalano>> Acesso em: 25/04/2017.

HERTZ, John B. **Ecotécnicas em Arquitetura: Como Projetar nos Trópicos Úmidos da Brasil.** São Paulo: Thomsom Learning, 2003

HERTZBERGER, H. **Lições de Arquitetura.** São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1999.

KLIASS, R. **Desenhando paisagens, moldando uma profissão.** São Paulo: Senac, 2006.

KROEMER, K. H. E. **Manual de ergonomia: adaptando o trabalho ao homem.** Porto Alegre, Bookman, 2005.

KWOK, A. G. **Manual de arquitetura ecológica.** Porto alegre: bookman, 2013.

LAMAS, J. G. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade.** 3. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade.** Lisboa: Fundação Para a ciência e tecnologia, 2000.

LENGEN, J. V. **Manual do arquiteto descalço.** Porto Alegre: Livraria do Arquiteto; Rio de Janeiro: TIBÁ, 2004.

MACEDO, S. S. **Paisagismo Brasileiro na virada do Século: 1990-2010.** São Paulo: Unicamp, 2012.

- MACEDO, S. S. **Praças brasileiras**. São Paulo: EDUSP, 2003.
- MACEDO, S. S. SAKATA, F. G. **Parques Urbanos no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2003.
- MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MARTINEZ, M. **Áreas verdes**. Disponível em :<<http://www.infoescola.com/meio-ambiente/areas-verdes-urbanas/>> Acesso em: 08/05/2017
- MASCARÓ, J. L. YOSHINAGA, M. **Infra-estrutura Urbana**. 1. ed. Porto Alegre: L. Mascaró, J. Mascaró, 2005.
- MASCARÓ, J. L. **Loteamentos Urbanos**. 2. ed. Porto Alegre: J. Mascaró, 2005.
- MEHTA, P. K. MONTEIRO P. J. M. **Concreto, Estrutura, Propriedade e Materiais**. São Paulo: Pini, 1994.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Áreas Verdes**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/areas-verdes-urbanas/parques-e-%C3%A1reas-verdes>> Acesso em: 08/05/2017
- PARQUE MANGAL DAS GARÇAS. Disponível em: <<http://www.mangalpa.com.br/>> Acesso em: 28/04/2016
- PREFEITURA DE CASCAVEL. 2010 Disponível em: <<http://www.cascavel.pr.gov.br/noticia.php?id=17711>> Acesso em: 21/05/2017.
- PREFEITURA DE CURITIBA. **Secretaria Municipal do Meio Ambiente: Bosque ZANINELLI – UNILIVRE**. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/parques-e-bosques-bosque-zanielliunilivre/285>> Acesso em: 28/04/2016.
- RIPPER, E. **Como evitar erros na construção civil**. 3ed. São Paulo: Pini, 1996.
- ROBBA, F. MACEDO, S. S. **Praças brasileiras**. 3.Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- ROMERO, M. A. B. **Arquitetura Bioclimática do Espaço Público**. Brasília: UNB, 2001.
- SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de textos, 2006.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- SCALISE, W. **Parques Urbanos - evolução, projeto, funções e uso**. Revista Assentamentos Humanos, 2002. Disponível em: <http://www.unimar.br/feat/assent_humano4/parques.htm> Acesso em: 08/05/2017

TABACOW, J. **Roberto Burle Marx: Arte e Paisagem**. São Paulo: Studio Nobel, 2004.

UNILIVRE- **Universidade Livre do Meio Ambiente**. Disponível em:
<http://unilivre.org.br/?avada_portfolio=visita-monitorada> Acesso em: 28/04/2017.

WATERMAN, T. **Fundamentos de Paisagismo**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

WONG, W. **Princípios de Forma e Desenho**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.